

INTEIRO TEOR DA DELIBERAÇÃO

55ª SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA REALIZADA EM 29/08/2017

PROCESSO TCE-PE Nº 16100352-7

RELATOR: CONSELHEIRO MARCOS LORETO

MODALIDADE - TIPO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - GESTÃO

EXERCÍCIO: 2015

UNIDADE JURISDICIONADA: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO

INTERESSADOS: FABRICIO FERREIRA MARTINS, MARIA APARECIDA VICENTE

OLIVEIRA CALDAS, MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA

ADVOGADOS: "JUVANEZ VIEIRA DE MELO JUNIOR" - OAB: 38738PE

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos da Prestação de Contas da Sr.^a **Maria do Socorro Ferreira de Oliveira**, gerente e ordenadora de despesas do Fundo Previdenciário do Município de Solidão - FUNPRESOL, relativa ao exercício financeiro de 2015, apresentada por meio do sistema eletrônico desta Corte e-TCEPE, em atendimento à Resolução TC nº 11/2014 - que disciplina a implantação da prestação de contas em meio eletrônico e dispõe sobre a forma de envio das prestações de contas anuais de Governo e de Gestão.

As referências às peças integrantes do processo serão feitas com base na numeração recebida no referido sistema, a menos que diferentemente indicado.

O trabalho de análise das contas foi concluído pelos técnicos da Inspeção Regional de Arcoverde e consolidado por meio do **Relatório de Auditoria** e respectivos apêndices (doc. 46).

No referido Relatório de Auditoria foram apontadas duas desconformidades, a seguir listadas:





Nº	Título do Achado	Responsáveis
A3.1	Não recolhimento integral das contribuições previdenciárias	R01 - Maria do Socorro Ferreira de Oliveira R02 - Maria Aparecida V. Oliveira Caldas
A4.1	Prorrogação de contrato administrativo visando à dispensa indevida de licitação	R01 - Maria do Socorro Ferreira de Oliveira
A5.1	Não realização da Avaliação Atuarial do exercício 2016 (ano base 2015)	R01 - Maria do Socorro Ferreira de Oliveira
A6.1	Ausência de registro individualizado das contribuições dos segurados	R01 - Maria do Socorro Ferreira de Oliveira
A7.1	Aplicações dos recursos do RPPS em desacordo com os parâmetros da Resolução do CMN nº 3.922/2010	R01 - Maria do Socorro Ferreira de Oliveira

Regularmente notificada acerca do Relatório de Auditoria (doc. 49), a Sr.^a Maria do Socorro Ferreira de Oliveira apresentou defesa escrita por meio dos docs. 56 e 57.

Também regularmente notificada (doc.64), a Sra. Maria Aparecida Vicente Oliveira Caldas, prefeita municipal, não apresentou defesa, deixando transcorrer *in albis* o prazo para tanto.

Vieram-me os autos.

É o relatório.

VOTO DO(A) RELATOR(A)

Passo à análise dos itens identificados como irregularidades, conforme detalhadas no Relatório de Auditoria, em confronto com os argumentos da defesa.

- **Não recolhimento integral das contribuições previdenciárias**

Afirma a área técnica que o Poder Executivo do Município de Solidão (Prefeitura, FMS e FMAS) no exercício de 2015, deixou de recolher um montante de R\$ 308.145,82, sendo R\$ 155.508,68 relativos à contribuição patronal e R\$ 152.637,14 de contribuição adicional. O valor não recolhido corresponde a 19,90% do montante devido (R\$ 1.550.093,88).

Acrescentam nossos técnicos que o não pagamento das contribuições previdenciárias na data prevista do seu vencimento implica em encargos (multa, juros, correção monetária). Entende a área técnica que o valor destes encargos deve ser ressarcido ao erário e deve ser suportado com recursos da gestora responsável, a Sra. Prefeita, visto que se trata de despesa sem causa decorrente do ato ilegal de não recolhimento na data estabelecida na Lei Municipal (dia 10 do mês seguinte), ficando, ainda, sujeita à multa prevista no Art. 73, Inciso III, da Lei Orgânica do TCE/PE.

Prossegue o relatório afirmando que a omissão da gestora do Fundo em cobrar as contribuições em atraso, bem como juros e multas respectivos, impossibilitou a arrecadação de receitas, causando



prejuízo ao conjunto de servidores segurados, além de atentar contra o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial. Diante disso, cabe ao responsável pela gestão do RPPS realizar os cálculos, multas e juros sobre o valor repassado em atraso, identificar os responsáveis pelo recolhimento intempestivo, assim como cobrar administrativa e judicialmente o ressarcimento ao erário de tais valores. Por fim, entendem que a omissão da Sra. Maria do Socorro Ferreira de Oliveira, Gerente do Fundo de Previdência do Município de Solidão, pela não cobrança judicial dos valores não recolhidos é passível da multa prevista no Art. 73, Inciso III, da Lei Orgânica do TCE/PE.

A prefeita municipal, apesar de regularmente notificada, não apresentou peça defensiva.

A Sra. Maria do Socorro Ferreira de Oliveira, Gerente do Fundo de Previdência do Município de Solidão em 2015, contra-argumentou, em sua peça defensiva (doc. 55 e 56), nos seguintes termos:

"A alegação de que as contribuições previdenciárias do município de Solidão não estão ocorrendo não prospera, haja vista, que as entidades que atual no regime próprio do município elaboraram acordo de parcelamento respaldados em lei municipal, com o intuito de estabelecer a normalidades das contribuições previdenciárias, bem como a garantir a manutenção do regime previdenciário municipal.

Em foco ao recolhimento integral das contribuições previdenciárias, o município de Solidão encontra-se regular referente aos repasses Previdenciários, Patronal e Adicional, pelo fato da existência de um parcelamento firmado entre as entidades.

Para a legalidade do parcelamento foi realizado um termo de acordo de parcelamento de nº 00286-2016, este elaborado em consonância com a Lei municipal de nº 277 de Março de 2016. Documentos em anexo.

Sendo assim estando as entidades responsáveis pelo sistema previdenciário do município de solidão tomando as medidas necessárias para recolher as contribuições previdenciárias, não se pode falar em irregularidade.

Ademais com o intuito de demonstrar que o parcelamento encontra-se consolidado anexa a esta exordial o demonstrativo de parcelamento.

Por fim, estabelecido os esclarecimentos necessários se faz necessário a desconsideração das referidas irregularidades, bem como a improcedência deste item e suas eventuais penalidades"

A gestora do Fundo de Previdência reconheceu a desconformidade apontada pela auditoria quanto aos recolhimentos fora da data de vencimento das contribuições ao Fundo Previdenciário municipal, quando afirmou que *"as entidades que atuam no regime próprio do município elaboraram acordo de parcelamento respaldados em lei municipal, com o intuito de estabelecer a normalidades das contribuições previdenciárias, bem como a garantir a manutenção do regime previdenciário municipal.* Afirma, ainda, em sua peça defensiva, ter anexado aos autos Termo de Acordo de Parcelamento de nº 00286-2016 para comprovar que os valores não recolhidos foram parcelados. No entanto, tal documento não foi localizado nos autos.

Assim sendo, assiste razão à auditoria. Os argumentos gerais da defesa, sem apresentar documentos, são insuficientes para afastar a omissão do gestor e a afronta às normas legais que objetivam salvaguardar o equilíbrio financeiro e atuarial da instituição.



Diante da não realização de procedimentos administrativos ou judiciais para receber contribuições previdenciárias não recolhidas, considero que tal irregularidade não configura situação capaz de macular as contas do Instituto de Previdência, no entanto, torna a gestora passível da multa prevista no Art. 73, Inciso III, da Lei Orgânica do TCE/PE.

Quanto ao entendimento da área técnica referente à imputação de débito relativo aos encargos incidentes nos recolhimentos das contribuições em atraso, este não deve prosperar. Já externei posicionamento de que não surge para o gestor responsável, em casos desta natureza, o dever de indenizar. Transcrevo trecho de meu voto condutor do Acórdão TC n.º 1.202/15, exarado nos autos do processo TC n.º 1480149-8:

“(…) Diferentemente do que ocorre no caso de pagamentos extemporâneos ao Regime Geral de Previdência – RGPS (os quais foram objeto da deliberação desta Corte trazida à baila no Relatório de Auditoria), o recolhimento em atraso das contribuições ao Regime Próprio de Previdência não gera responsabilidade civil do gestor, ou seja, o dever de indenizar pelos acréscimos pecuniários incorridos.

Isto porque, no primeiro caso – recolhimento ao RGPS – os valores pagos a título de juros e multa constituem despesa efetiva do Município, que acarreta redução patrimonial do Ente, sendo cabível a responsabilização civil do gestor que deu causa a tal decréscimo, como, aliás, já se expressou esta Corte na deliberação trazida à colação pela área técnica; no caso de recolhimento em atraso à unidade gestora do RPPS, os mesmos acréscimos pecuniários não dão origem à perda patrimonial, vez que são transferidos para uma entidade que integra o patrimônio consolidado do próprio Município. No meu sentir, admitir o contrário equivaleria a tolerar o enriquecimento sem causa da Administração, veementemente repellido nos julgados desta Corte.”

Contudo, apesar de não gerar o dever de indenizar por parte da autoridade responsável, não se pode deixar de pontuar que a inobservância dos prazos para o recolhimento integral das contribuições previdenciárias constitui infração à norma legal e, por acarretar o pagamento de acréscimos pecuniários, ao Princípio da Eficiência a que deve observância a Administração Pública, por força do art. 37, caput, de nossa Constituição Federal.

Em face disso, cabe a aplicação da multa prevista no art. 73, inciso III, da Lei Orgânica desta Corte, à Sra. Maria Aparecida Vicente Oliveira Caldas, prefeita municipal, apontada como responsável por deixar de recolher integralmente as contribuições previdenciárias descumprindo o art. 57, III, da Lei Municipal n.º 149/2005, bem como o art. 1.º da Lei Municipal n.º 214/2010.

- **Prorrogação de contrato administrativo visando à dispensa indevida de licitação**

Segundo a equipe técnica, a gestora do Fundo de Previdência do Município de Solidão firmou termos aditivos aos contratos das empresas para executar serviços técnicos especializados de contabilidade e implantação e suporte de sistemas informatizados nas atividades de gestão do fundo, desobedecendo as determinações contidas no inciso II do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

Dispõe a equipe de auditoria que, para a legalidade da prorrogação dos contratos, a Lei Federal das Licitações e Contratos da Administração Pública exige, no inciso II do artigo 57, que a contratante obtenha do contratado preços e condições mais vantajosas. Os preços e as condições de pagamentos



ofertados pelo contratado, para fins de prorrogação, devem propiciar mais vantagens que os preços as condições de pagamentos praticados pelo mercado, porque é neste universo que seriam buscados os preços e as condições de pagamento.

No caso dos termos aditivos analisados, a equipe verificou não ter havido nenhuma pesquisa de mercado que viesse a comprovar que os preços e as condições de pagamento fossem as mais vantajosas para o FUNPRESOL.

Prossegue o relatório afirmando que as prorrogações dos contratos acima citados não encontram amparo legal, tornando-as nulos de pleno direito, pois não atendem, sobretudo, às exigências contidas no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

O procedimento em tela revela negligência por parte da gestora e implica na possibilidade de prejuízo ao Fundo pela possível não contratação do serviço em preços e condições mais vantajosas.

A defendente, assim contra-argumenta, em sua peça defensiva:

"Nobre Relator,

A alegação de que a prorrogação de contrato administrativo visa à dispensa indevida de Licitação não prospera pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

Em análise a todo procedimento que determinou as prorrogações dos contratos em comento os quais a auditoria identifica os documentos 37 contrato de termo aditivo de prestação de serviços técnicos e especializados de contabilidade, bem como o documento 38 contrato de termo aditivo de prestação de serviços especializados em implantação e suporte de informatizados, ambos passaram por todo procedimento específico para sua prorrogação, os quais iniciaram por a elaboração de ofício demonstrando a necessidade de prorrogar até o parecer jurídico, que analisou sua possibilidade.

Em primeiro plano o contrato de termo aditivo de prestação de serviços técnicos e especializados de contabilidade, bem como o 38 contrato de termo aditivo de prestação de serviços especializados em implantação e suporte de informatizados, tiveram suas autorizações baseadas na prestação de serviços de forma continuada.

Neste sentido fale destacar o que determina o ordenamento vigente a Lei 8.666-03 em seu art. 57, II, in verbis:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

Sendo assim na especificação da Lei em comento as prorrogações não tiveram qualquer forma irregular, e suas atuações para a municipalidade é de certo essencial pelo fato de continuidade, o qual desencadeia em celeridade dos trabalhos realizados.

O fato é que, estando a municipalidade resguardada em lei no seu ato administrativo e sendo o referido ato vinculado a lei, ou seja, só deve fazer o que a lei determina, e sendo o



ato necessário ao desenvolvimento da administração, bem como pelo ato inexistente favorecimento, ou aumento desnecessário dos serviços, estando todas essas premissas e concordância não podemos dizer que existe uma irregularidade muito menos que há a existência de um ato em desacordo com a lei.

Portanto é de fundamental importância salientar que NÃO, existe irregularidade na prorrogação dos contratos destacados pela auditoria que determinou a presente defesa, sendo que todos os procedimentos tomados para aditar as prorrogações foram tomados e encontram-se inseridos na prestação de contas auditada."

Apesar do argumentado pela defendente, não há nos autos prova do atendimento às determinações contidas no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, ou seja, para a legalidade das prorrogações, a Lei Federal das Licitações e Contratos da Administração Pública exige que o contratante obtenha do contratado preços e condições mais vantajosas. Ou seja, os preços e as condições de pagamentos ofertados pelo contratado, para fins de prorrogação, devem propiciar mais vantagens que os preços e as condições de pagamentos praticados pelo mercado, porque é neste universo que seriam buscados os preços e as condições de pagamento.

Como apontado pela auditoria, no caso dos termos aditivos para as contratações acima referidas, verificou-se não ter sido acostada aos autos nenhuma pesquisa de mercado que viesse a comprovar que os preços e as condições de pagamento fossem as mais vantajosas para o Fundo de Previdência do Município de Solidão.

Assim sendo, assiste razão à área técnica. Entretanto, considerando que não houve questionamento, pela auditoria, quanto à efetiva prestação e à qualidade dos serviços, ou qualquer indicação de prejuízo ao erário, levo a falha ao campo das determinações para que o fato não se repita em exercícios futuros.

- **Não realização da Avaliação Atuarial do exercício de 2016 (ano base 2015)**

Dispõe o Relatório de Auditoria que foi realizada a avaliação atuarial relativamente ao exercício 2015. No entanto, não foi elaborada a avaliação atuarial pertinente ao exercício de 2016 (data base 31/12/2015). Tal procedimento está em desacordo com o que determina o art. 1º, inciso I, da Lei Federal nº 9.717/98 e o art. 8º da Portaria nº 402/08, do Ministério da Previdência Social.

Enfatiza a equipe técnica que a não realização da avaliação atuarial impossibilita a verificação do atendimento ou não ao equilíbrio atuarial e, por conseguinte, a adoção de medidas que visem à manutenção deste equilíbrio.

A responsável afirma, em sua defesa, que *"a realização da avaliação atuarial do exercício de 2016 (ano base 2015), encontra-se em fase de elaboração e finalização de acordo com declaração expressa e em anexo da Gerente de previdência e assistente financeira do fundo de Previdência do Município de Solidão –PE. Sendo assim Nobre Relator as medidas a realização da avaliação atuarial do exercício de 2016 (ano base 2015), estão sendo tomadas."*

Ainda que a avaliação atuarial não pudesse ter sido encaminhada junto à Prestação de Contas de 2015 porque o prazo para entrega foi prorrogado para 30 de junho de 2016, por meio da Portaria MTPS n.º 360, de 30 de março de 2016, constatei que este prazo já se encontrava expirado no momento da auditoria. Em sua peça defensiva a defendente afirma que a referida reavaliação continua em fase de elaboração, confirmando a irregularidade apontada.



Considero tratar-se de irregularidade de natureza grave, tendo em vista a importância da avaliação atuarial para o estabelecimento e a revisão das alíquotas de contribuição previdenciária consequentemente, da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema. Cabe aplicação da multa prevista no art. 73, inciso III, da Lei Estadual n.º 12.600/2004 à gestora do Fundo de Previdência.

- **Ausência de registro individualizado das contribuições dos segurados**

Segundo a equipe técnica, o Fundo Previdenciário do Município de Solidão – FUNPRESOL não mantém o registro individualizado das contribuições previdenciárias dos servidores e dos entes, conforme declaração da gestora, em desacordo com os dispositivos legais que regulamentam a matéria, tais como o artigo 1º, inciso VII, da Lei Federal nº 9717/98, artigo 74 da Lei Municipal nº 149/2005, que reestruturou o Regime Próprio de Previdência do Município de Solidão, e artigos 20, § único, e 21 da Orientação Normativa nº 02/2009, do Ministério da Previdência Social.

A defendente alega em sua defesa:

"Foi detectado durante a auditoria realizada no Fundo de previdência do Município de solidão o FUMPRESOL, que não existe registro individualizado das contribuições previdenciárias dos servidores e dos entes, conforme declaração da gestora.

Referido item tem fundamento, mas no momento esta sendo tomada as medidas cabíveis a solução do problema, a existência de planilha detalhada e individualizada das contribuições individualizadas é fonte para a elaboração do registro o qual neste momento já encontra-se em processo de análise, pela empresa contratada para gerenciar o sistema da folha de pagamento a PUBLICSOFT.

Sendo assim, tendo em vista que as medidas cabíveis estão sendo tomadas, e que demanda um certo tempo, ver-se que a irregularidade referente a ausência de registro individualizado de contribuições de Segurados, está sendo sanada."

A gestora reconheceu a desconformidade. Como bem pontuou a equipe técnica no Relatório de Auditoria, a omissão dos registros necessários nas fichas individualizadas dos servidores vinculados ao Regime Próprio resulta na impossibilidade da transparência total das informações aos segurados.

Concorre em favor da interessada o fato de que irregularidade deste quilate não tem o condão de macular a prestação de contas, e esta Corte tem deliberado pela regularidade, com ressalvas, em tais casos.

Portanto, em consideração à jurisprudência desta Corte, a presente deficiência, apesar de merecedora de ressalvas, não possui o condão de tornar irregular a Prestação de Contas. Cabe determinação aos gestores do Fundo de Previdência para que seja realizada atualização das informações necessárias nas fichas de registros dos servidores vinculados ao RPPS.

- **Aplicações dos recursos do RPPS em desacordo com os parâmetros da Resolução do CMN nº 3.922/2010**

Dispõe o Relatório de Auditoria acerca da irregularidade acima descrita:

"(...)



Conforme extratos das aplicações financeiras, bem como os demonstrativos bimestrais das aplicações e investimentos dos recursos, verifica-se que a carteira de aplicação dos recursos do FUNPRESOL é composta de um único fundo, ou seja, o CAIXA FIC PRÁTICO CP, no seguimento de renda fixa.

O fundo em questão está classificado como “cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto”.

Dentro dos parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs. 3.922/2010 e 4.392/2014, a aplicação no Fundo CAIXA FIC PRÁTICO CP está limitado a 30% do total dos recursos, conforme previsto no art. 7º, IV, “a”.

Analizando-se os extratos das aplicações financeiras em conjunto com os demonstrativos bimestrais das aplicações e investimentos dos recursos, conclui-se que a aplicação dos recursos no Fundo CAIXA FIC PRÁTICO CP oscilou entre 67,27% e 99,94% ao longo dos seis bimestres do exercício de 2015, descumprindo o limite imposto pelo art. 7º, IV, “a” da Resolução CMN nº 3.922/2010 (com redação dada pela Resolução CMN nº 4.392/2014).

Da mesma forma, há descumprimento do art. 13 da mesma Resolução CMN nº 3.922/2010, que prevê:

Art. 13 As aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento, ou fundo de índice, a que se referem o Art. 7º, incisos III e IV, e Art. 8º, inciso I, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

Cabe ser destacado que a irregularidade em questão foi apontada pelo próprio Ministério da Previdência Social, conforme notificação expedida (Documento 42), havendo a menção, inclusive, de que o procedimento se constituiu em fator impeditivo à emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, que é o documento que atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

A aplicação de recursos em desacordo com os limites fixados pelo CMN, inobstante os valores absolutos não serem relevantes (em nenhum bimestre o valor ultrapassou R\$ 80.000,00), revela imperícia e imprudência por parte da Gestora do FUNPRESOL e pode ocasionar prejuízos ao patrimônio do Fundo Previdenciário.

Outra consequência do descumprimento da norma recai sobre possíveis prejuízos ao município, pois o CRP será exigido nos casos de realização de transferências voluntárias de recursos pela União; celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes; concessão de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais; e, pagamento dos valores referentes à compensação previdenciária devidos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.”

A gestora do FUNPRESOL, apontada como responsável, contra-argumentou nos seguintes termos:



"A auditoria também determina que há irregularidade no que diz respeito a aplicações e Recursos do RPPS em desacordo com os parâmetros da resolução do CMN nº 3.922-2010.

Segundo documentos da prestação de contas nºs 40, 41 e 42, no entanto a realidade atual é outra.

O repasse do regime próprio previdenciário do município de solidão, RPPS do ano de 2015, foi feito da seguinte forma o Patronal e Contribuição adicional referente ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, documento em anexo.

Para regularizar a lacuna existente e se enquadrar no ordenamento jurídico vigente que determina a existência de fundo próprio foi formado em parceria com a Caixa Econômica Federal o fundo previdenciário municipal de Solidão, neste ano de 2016, o que sana a irregularidade encontrada e regulariza a situação referente a este item no município de Solidão-PE.

As documentações referentes ao Fundo Previdenciário do município de solidão estão encontra-se em anexo."

Em sua peça defensiva, a gestora reconheceu a desconformidade, e informa que anexou aos autos documentos que demonstram a situação atual das aplicações dos recursos do Fundo. No entanto, não foram localizados anexos à defesa que comprovem o alegado.

Contudo, neste caso, ainda que mantida a irregularidade, entendo que não há elementos suficientes para a rejeição das contas da gestora do Fundo de Previdência.

Isso posto,

Voto pelo seguinte:

Parte:

Maria do Socorro Ferreira de Oliveira

Unidade(s) Jurisdicionada(s):

Fundo Previdenciário do Município de Solidão

CONSIDERANDO o recolhimento parcial das contribuições previdenciárias;

CONSIDERANDO que o montante das contribuições previdenciárias não repassadas pelo Poder Executivo Municipal ao FUNPRESOL não foi de grande monta (19,90% do valor devido);

CONSIDERANDO que a inobservância dos prazos para o recolhimento integral das contribuições previdenciárias acarreta o pagamento de acréscimos pecuniários;

CONSIDERANDO que a gestora do Fundo de Previdência do Município de Solidão não realizou os procedimentos administrativos ou judiciais cabíveis para receber as contribuições previdenciárias não recolhidas;



CONSIDERANDO a prorrogação indevida de contratos;

CONSIDERANDO que a gestão do fundo de previdência não realizou a avaliação atuarial de 2016 (data-base 31/12/2015);

CONSIDERANDO a ausência de registro individualizado das contribuições dos segurados;

CONSIDERANDO as aplicações dos recursos do RPPS em desacordo com os parâmetros da Resolução do CMN nº 3.922/2010;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 70 e 71, incisos II e VIII, § 3º, combinados com o artigo 75, da Constituição Federal, e no artigo 59, inciso III, alínea(s) "b", da Lei Estadual nº 12.600/04 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco)

JULGO Irregulares as contas do(a) Sr(a) Maria do Socorro Ferreira de Oliveira, relativas ao exercício financeiro de 2015.

Parte:

Maria Aparecida Vicente Oliveira Caldas

Unidade(s) Jurisdicionada(s):

Fundo Previdenciário do Município de Solidão

CONSIDERANDO o recolhimento parcial das contribuições previdenciárias;

CONSIDERANDO que o montante das contribuições previdenciárias não repassadas pelo Poder Executivo Municipal ao FUNPRESOL não foi de grande monta (19,90% do valor devido);

CONSIDERANDO que a inobservância dos prazos para o recolhimento integral das contribuições previdenciárias acarreta o pagamento de acréscimos pecuniários;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 70 e 71, incisos II e VIII, § 3º, combinados com o artigo 75, da Constituição Federal, e no artigo 59, inciso III, alínea(s) "b", da Lei Estadual nº 12.600/04 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco)

JULGO Irregulares as contas do(a) Sr(a) Maria Aparecida Vicente Oliveira Caldas, relativas ao exercício financeiro de 2015.

Unidade Jurisdicionada: Fundo Previdenciário do Município de Solidão



DETERMINO, com base no disposto no artigo 69 da Lei Estadual nº 12.600/2004, que o (s) atual(is) gestor(es) da unidade jurisdicionada citada acima, ou quem vier a sucedê-lo(s), atenda(m) às medidas ou recomendações a seguir relacionadas, a partir da data de publicação desta decisão, sob pena de aplicação da multa prevista no inciso XII do artigo 73 do citado Diploma legal:

1. Em caso de atraso no recolhimento das contribuições previdenciárias por parte dos órgãos e entidades da administração municipal, valer-se das medidas administrativas e judiciais para cobrança dos valores devidos, com os acréscimos pecuniários previstos em lei;
2. Nas prorrogações contratuais, realizar pesquisa de mercado que venha a comprovar que o contratado oferece os preços e as condições de pagamento mais vantajosas para a administração pública;
3. Realizar reavaliação atuarial do RPPS anualmente;
4. Providenciar o registro de forma individualizada das contribuições previdenciárias dos servidores, conforme exigência contida no artigo 18 da Portaria MPAS nº 402/2008;
5. Adequar as aplicações financeiras dos recursos do Fundo ao disposto na Resolução CMN nº 3.922/2010.

E, finalmente, **DETERMINO** os seguintes encaminhamentos:

1. Ao Prefeito do Município de Solidão: Repassar ao Fundo de Previdência Municipal os valores integrais das contribuições previdenciárias, acrescidos dos encargos moratórios previstos em lei, em caso de recolhimentos com atraso.

Por fim, dou quitação aos demais interessados quanto aos apontamentos aqui analisados.

OCORRÊNCIAS DO PROCESSO

CONSELHEIRO MARCOS LORETO - RELATOR:

Prestação de Contas do Fundo Previdenciário do Município de Solidão - FUNPRESOL. O voto não se encontra em lista, mas o distribuí antes com os Senhores.

Tenho, aqui, uma indagação que me foi feita pelo Conselheiro Carlos Pimentel, porque, no voto, estava regulares, com ressalvas, as contas da gestora do Fundo, aplicando-lhe uma multa. Só que a questão desse Fundo é que ele não recebeu os recursos da Prefeitura. Ele me indagou se não seria o caso de se julgar irregulares as contas e até retirar a multa. Pensei, quando fui na linha do regulares, com ressalvas, por conta de que não foi ele quem deu causa.

CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL - PRESIDENTE:



As contas são dele ou do Fundo?

CONSELHEIRO MARCOS LORETO - RELATOR:

As contas são do Fundo, ele é o gestor do Fundo.

CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL - PRESIDENTE:

Mas o julgamento das contas, essa questão, se for julgamento de contas de gestão é da pessoa, é da conduta dele.

CONSELHEIRO MARCOS LORETO - RELATOR:

É da gestão do Fundo.

CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL - PRESIDENTE:

Está confirmado alguma omissão dele de pedir esses recursos e tal?

CONSELHEIRO MARCOS LORETO - RELATOR:

Não, não tem nenhum esforço, pelo menos suficientes para ...

CONSELHEIRO SUBSTITUTO CARLOS PIMENTEL:

É, justamente, está confirmada a omissão do gestor.

CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL - PRESIDENTE:



A omissão. Então, seria mais pela irregularidade mesmo.

CONSELHEIRO MARCOS LORETO - RELATOR:

Pela irregularidade?

CONSELHEIRO VALDECIR PASCOAL - PRESIDENTE:

É.

CONSELHEIRO MARCOS LORETO - RELATOR:

Pronto. Então, já acolhendo a sugestão do Conselheiro Carlos Pimentel, retiro a multa, julgando pela irregularidade das contas da Senhora Maria do Socorro Ferreira de Oliveira.

PAN/acp

RESULTADO DO JULGAMENTO

Presentes durante o julgamento do processo na sessão:

CONSELHEIRO SUBSTITUTO: CARLOS PIMENTEL

CONSELHEIRO, relator do processo: MARCOS LORETO

CONSELHEIRO, Presidente da Sessão: VALDECIR PASCOAL

Procurador do Ministério Público de Contas: GUIDO ROSTAND CORDEIRO MONTEIRO

Houve unanimidade na votação acompanhando o voto do relator